



# COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E A LUTA POR MORADIA: EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO\*

Jesus Marmanillo Pereira\*\*

## RESUMO

O presente texto visa refletir sobre a formação das ações de reivindicação e resistência, em São Luís durante a década de 1980, a partir da inserção das Comunidades Eclesiais de Base e de seus processos educativos. Para tanto, buscou-se identificar elementos capazes de explicar a estruturação e emergência de movimentos sociais de reivindicação. Verificou-se que a educação caracteriza-se enquanto elemento importante, no qual eram sociabilizados diferentes tipos de conhecimento utilizados na reivindicação por moradia. A pesquisa apoiou-se em um referencial teórico interdisciplinar e em fontes compostas por jornais da época, panfletos e entrevistas.

**Palavras Chave:** Movimentos Sociais, CEBs, Educação, Reivindicação.

\* Texto produzido a partir da dissertação “Engajamento militante e a “luta pela moradia em São Luís” entre as décadas de 1970 e 1980”, defendida em 2011, junto ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Agradeço aos comentários e contribuições do professor Rogério de Souza Medeiros.

\*\* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Professor de Sociologia da rede estadual de ensino do Maranhão. E.Mail: [jesusmarmanillo@hotmail.com](mailto:jesusmarmanillo@hotmail.com)

## ABSTRACT

This article aims to analyze the formation of collective actions of resistance and protest, in the Brazilian city of São Luís, during the 1980s. The analysis is based on an investigation about the Base Ecclesial Communities [*Comunidades Eclesiais de Base*] and its educational practices. To do so, it was necessary to identify elements that affect the emergence and dynamics of contestatory movements. It was observed that education constituted a key element in the formation of the movement, through which different types of strategic knowledge and political skills were taught and shared. The research drew upon an interdisciplinary literature on social movement and collective action, interviews and archival sources such as newspapers and pamphlets.

**Keywords:** Social Movements, CEB, Education, Claim.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo pretende-se abordar a educação enquanto elemento constitutivo dos processos de formação de ações coletivas reivindicatórias, seja como parte das práticas de organização política, seja na construção de uma visão de mundo compartilhada por membros de segmentos socialmente precarizados. Nesse sentido, a educação abordada aqui será aquela que perpassa todo o processo político de reivindicação, e mais especificamente, aquela *educação de base* realizada por agentes vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e também as incluídas na preparação de lideranças da própria igreja.

A ideia de movimento social será utilizada aqui não para designar uma entidade ou um ator político singular, mas antes, no sentido de um processo de construção de práticas coletivas reivindicatórias, no qual pode-se analisar as estratégias de obtenção de recursos, as formas de organização política e de produção de discursos. Para tanto, lançaremos mão de uma perspectiva conceitual combinada, composta de contribuições recentes da literatura nos campos de análise sobre *ação coletiva* e da *sociologia histórica*. Com base nesse aporte teórico, faremos uso de conceitos como *estrutura de oportunidades políticas*, *repertório* (Tarrow, 2009) e *frames de ação coletiva* (Snow e Benford, 2000). Nesse sentido do enfoque aqui adotado, a educação constitui-se tanto como *repertório de ação coletiva*, quanto como elemento socializador de valores, símbolos e códigos jurídicos e morais fundamentais na construção de uma “bandeira de luta”.

Empiricamente, nosso recorte recai sobre os conflitos relacionados à ausência de certos serviços urbanos e bens de uso coletivo na cidade de São Luís/MA, durante a década de 1980. A análise foi construída sobre fontes documentais, jornais, documentos oficiais e entrevistas que expressassem situações de conflito e reivindicação de serviços urbanos básicos, principalmente habitação.

Relacionando a referida perspectiva teórica ao trabalho de campo, optou-se por organizar a análise em três tópicos: I) uma breve contextualização histórica das ações de reivindicação por moradia, enfatizando elementos de constrangimento e de estímulos à formação das ações coletivas; II) uma caracterização das instituições e dos atores que

inserir-se no confronto defendendo determinados pontos de vista; III) a análise propriamente dita acerca da importância dos recursos educacionais para os processos educativos e organizativos envolvidos nas práticas de reivindicação.

## **CONTEXTO HISTÓRICO: MUDANÇAS ECONOMIAS E PRECARIZAÇÃO**

A década 1980, na cidade de São Luís-MA, foi caracterizada por um grande desenvolvimento econômico proveniente da implementação do projeto Grande Carajás, um projeto de extração de alumínio iniciado e gerido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)<sup>1</sup>.

A implantação desse projeto trouxe grandes mudanças socioeconômicas para o Estado do Maranhão, e em especial para São Luís, a começar pela própria instalação da estrada de ferro, que necessitou da liberação de uma grande área, e conseqüentemente, a “expulsão” de pequenos proprietários que viviam nessas áreas. Pode-se também considerar como o empreendimento acabou atraindo outros investimentos em infra-estrutura, como por exemplo, a construção da BR 316, que gerou uma grande valorização das terras por onde a rodovia iria passar, estimulando a grilagem e a disputa por terras na região. Com uma situação de violência no campo, grandes investimentos na estrutura do porto do Itaqui e na adaptação<sup>2</sup> da capital para receber “o grande projeto”, houve um aumento populacional<sup>3</sup> da capital que não foi acompanhado pelo provimento de serviços básicos como educação, saúde, habitação e infraestrutura urbana básica.

Nesse contexto, vale ressaltar que dos 42.311 domicílios existentes

<sup>1</sup> Entre outras coisas, extraía recursos minerais de Carajás, no Pará, os transportando para São Luís/MA, por meio de uma estrada de ferro que ligava Paraupabas/PA ao porto da Ponta da Madeira, na capital maranhense.

<sup>2</sup> Entre as mudanças ocorridas em São Luís durante a década de 1980 podemos citar a instalação do complexo de beneficiamento de alumínio e alumina (ALUMAR), para o tratamento do minério oriundo de Carajás, e a implementação do Distrito Industrial da capital que ampliou a capacidade de recepção de outras empresas na capital.

<sup>3</sup> Segundo o IBGE (2000) houve, entre as décadas de 1970 e 1990, um aumento populacional de 162%, dos quais 20% ocorreram nas áreas urbanas centrais da cidade, o que significou 41.875 novos habitantes que demandavam serviços urbanos.

em São Luís, apenas 13.116 possuíam instalações adequadas de esgoto na década de 1970 e por mais que esse serviço básico fosse expandido, na década de 1990, ainda deixava de abastecer 44,4% dos domicílios. Quanto ao tipo de edificações (construções precárias ou de materiais duráveis)<sup>4</sup>, os números indicam que cerca de 40% podiam ser considerados *rústicos*, ou seja, eram frágeis, de materiais perecíveis quando expostas às mais leves intempéries, em suma, habitações arriscadas, também eram conhecidas como favelas ou palafitas. Segundo Gisterlink (1988:33), “em cada 100 famílias de São Luís, 45 moravam em favelas e invasões na periferia dos bairros populares do centro, em moradias precárias, sem esgoto e, muitas vezes sem água potável”.

Também era comum observar na imprensa escrita da época reportagens sobre conflitos entre moradores, grileiros e pretensos donos de terra, em torno da propriedade dos terrenos urbanos de São Luís. Títulos como “Tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo” (Jornal Pequeno, 8/05/1981) e “Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta” (Jornal Pequeno, 25/05) eram comuns nas primeiras páginas<sup>5</sup>.

Tais mudanças na situação urbana<sup>6</sup> caracterizaram uma situação de precarização que pode ser pensada em relação à ausência de serviços públicos e políticas de inserção que resultou diretamente em um processo de *desintegração* social. Segundo Robert Castels (1998), tais contextos marcados pela vulnerabilidade social dos indivíduos propiciam um processo de *desfiliação*, nocivo às formas associativas e ao conjunto de relações sociais particulares.

A situação de favorecimento à desfiliação e ausência de boas condições de vida e serviços públicos básicos pode ser enquadrada como um

<sup>4</sup> Segundo o IBGE (2000), consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídas de materiais duráveis. (Onde laje de concreto, telha de barro, zinco e madeira são considerados materiais duráveis para cobertura e no caso da parede são consideradas alvenaria e madeira aparelhada).

<sup>5</sup> Na imprensa local (O Estado do Maranhão 06/12/77) tive a informação de que o Bairro São Francisco, às vésperas de um despejo em 1977, contava com 84 casas que abrigavam mais de 200 famílias.

<sup>6</sup> Pode-se dizer que as variáveis quantitativas, expressas nos aumentos numéricos de densidade demográfica acarretaram significativas mudanças no *modo de vida* (Wirth, 1987), ou seja, em diferentes formas estratégias de sobrevivência que influenciam fortemente os laços sociais e conseqüentemente os *modos de vida* que são produzidos.

dos principais motivos geradores de mobilização para a reivindicação de recursos. No entanto, é importante considerar que o processo de mobilização depende das mudanças nas oportunidades e restrições políticas, relacionadas a uma série de incentivos materiais, ideológicos, partidários, baseados no grupo (Tarrow, 2009). Ou seja, o contexto histórico pode ser pensado em relação a determinados condicionantes importantes na explicação do confronto político, seja por recursos, serviços, idéias, classificações etc..

Coexistindo com as precárias condições de vida das populações periféricas, havia um discurso oficial com forte teor de desenvolvimentismo econômico e industrial, característico dos governos militares pós 64. Em perspectiva ideológica antagônica, houve a inserção de seminaristas e párocos locais que difundiam uma idéia de solidariedade, politização e críticas às ações estatais que ofendiam as condições de vida das *famílias* e do *povo*.

Os efeitos “práticos” dessa configuração discursiva podem ser interpretados enquanto uma *estrutura de oportunidade política*<sup>7</sup> (Tarrow, 2009), já que, em termos materiais, a inserção de seminaristas, párocos e arcebispo caracterizou o surgimento de *aliados* fortíssimos para o processo de reivindicação, uma vez que possuíam ao seu lado a estrutura física das igrejas, a estrutura discursiva que favorecia a coesão de grupo e politização, além de recursos humanos.

Grosso modo, se considerarmos a perspectiva de Michel Dobry (1988), quando percebe que nem o valor, nem a eficácia dos recursos políticos podem ser tomados como apartados dos contextos sociais onde se inscrevem as mobilizações, nota-se que o contexto histórico e político estimulou uma configuração discursiva e social que, em última instância, materializou-se nas *ações sociais* de determinados administradores públicos, empresários e párocos. Os praticantes dessas *ações* podem ser pensados em termos de *intermediários culturalmente* favorecidos (Lenoir, 1996), que encontravam sentido e força motriz para suas ações através da disputa entre visões de mundo – pela disputa simbólica.

A seguir nos deteremos sobre as implicações dessas disputas, em termos de condições sociais para elaboração de uma *bandeira de reivindicação*. Para tanto, nos deteremos sobre o papel das Comunidades Eclesiais de

<sup>7</sup> Para Tarrow (2009), o conceito de oportunidade política enfatiza recursos externos ao grupo.

Base(CEBs) buscando analisar o significado das mesmas em termos de posicionamento, organização, força política e de construção de *enquadramentos interpretativos* (Tarrow, 2009) a respeito do contexto de conflito.

## NOVOS AGENTES E DISCURSOS: CEBS E SÃO LUÍS

Segundo Sader (1988) os setores progressistas da igreja, juntamente com os sindicatos e grupos de esquerda, compunham os três principais centros de elaboração discursiva focalizados sobre o cotidiano popular a partir da década de 1970. Sobre a inserção daquela instituição religiosa o autor afirma:

Enquanto a instituição eclesiástica, comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da ordem, brotavam-se no seu interior iniciativas que iam num outro sentido. Os grupos leigos da Ação Católica (principalmente a Juventude Católica e a Ação Católica Operária) vão se ligando a lutas populares, denunciando a injustiça das estruturas vigentes e assumindo progressivamente posturas de contestação política. (Sader,1988:150)

A aproximação dos grupos católicos juntos às lutas populares deu-se por via da própria religiosidade popular e de uma matriz discursiva operacionalizada com suporte da Teologia da Libertação, que se manifestava em reuniões e ações educativas desenvolvidas em comunidades fragilizadas e precarizadas. Nesse âmbito de aproximação institucional com as questões populares, destacamos a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Tais comunidades foram gestadas a partir do Concílio Vaticano II e foram consolidadas principalmente com o advento do Conselho Episcopal Latino Americana (CELAM) de Medellín, realizado em 1968<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Segundo Soares (2001), tanto o Concílio Vaticano II, quanto a Conferência Episcopal de Medellín incentivaram as CEBs a rever, dentro da igreja, uma estrutura piramidal e autoritária que cerceava a participação popular e impunha decisões “de cima para baixo”. Tal fato esteve relacionado com uma transição da Ação Católica, que seguia o modelo italiano, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. Esse último estimulou a formação de espaços privilegiados onde a socialização de códigos e habilidades foi fundamental na formação de lideranças locais. (Soares, 2001:39)

Naquela ocasião, foi discutido o documento final sobre estas comunidades, e concluído que essas comunidades eram especialmente apropriadas para o trabalho eclesial junto aos pobres, causa através da qual seus aderentes poderiam testemunhar sua fé e tomar posições sociais e políticas compatíveis (Mainwaring, 2004).

As atividades das CEBs em São Luís-MA iniciaram-se com os padres redentoristas na paróquia de São Cristovão, no bairro do Tirirical, que na época eram responsáveis por assistir uma área correspondente à metade da ilha de São Luís. Segundo Borges (2008), na década de 1970, parte delas assumiu os preceitos da Teologia da Libertação, a partir do método *ver, julgar e agir*, associando suas práticas caritativas a questões de organização sindical e política.<sup>9</sup>

Tem-se registros de que em 1975 já haviam atividades dessas comunidades no bairro do Anjo da Guarda.<sup>10</sup> O trabalho desenvolvido pela CEBs, nesse local, instigou a politização e organização popular que pode ser percebida na existência de formas de organização e constestação, como o Movimento Comunitário Católico do Anjo da Guarda, Associação Itaqui-Bacanga e Conselho Popular da área Itaqui-Bacanga, os grupo de Teatro Grita e clubes das mães.

Sobre essa área de atuação, vale ressaltar que, a mesma localiza-se a cerca de 3 ou 4km do centro da cidade e foi marcada por uma série de mudanças que sinalizavam a pretensão industrial para a região do Anjo da Guarda: a construção da barragem do Bacanga em 1970 a inauguração oficialmente do porto do Itaqui, em 1971, e a instalação da Amazônia Mineração S.A (AMZA), em 1979.

Graças a esses empreendimentos, não tardou para que a população dessa localidade sofresse as pressões decorrentes dessas mudanças, pois os terrenos que compunham toda a região eram tratados, pelas

<sup>9</sup> Segundo o advogado, professor, padre e primeiro coordenador estadual das CEBs, Victor Alessim: "Foi uma bela experiência na minha vida. Viver a experiência da uma Igreja inserida na vida do povo." Victor Alessim nasceu em Quebec, no Canadá e chegou Maranhão no dia 31 de julho de 1966. Foi, também, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra no Brasil e o fundador da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão. Em 1982, lançou o livro *Grilagem, Corrupção e Violência em Terra do Carajás*. Foi criador do conselho de segurança Cidadã e recebeu, em 2009, o título de cidadão Maranhense, pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Informações extraídas de <http://www.limitedaterra.org.br/imprimeNoticia.php?id=297> e [www.al.ma.gov.br/diario/diario05-10-09.pdf](http://www.al.ma.gov.br/diario/diario05-10-09.pdf) acessados às 01h45min de 9 de dezembro de 2010

<sup>10</sup> Informações coletadas através de entrevistas com o ex-pároco do Ano da Guarda em 1975.

administrações públicas locais, em função da implementação de um distrito industrial, caracterizando aqueles espaços como “áreas vitais” para a efetivação do grande projeto industrial que estava em andamento - o Projeto Grande Carajás.

Tais dinâmicas históricas podem ser consideradas como *configurações singulares* (Elias, 2008), e é dentro delas que considera-se a ideia de interdependência para o tratamento dos fatores que motivaram os engajamentos dos agentes e movimentos investigados, considerando tanto os aspectos das experiências de vida de cada agente, quanto os condicionantes mais gerais das suas inserções e posicionamentos.

Para exemplificar melhor, convém ressaltar algumas situações de conflito inseridas nesse panorama contextual mais amplo.

No dia 05.02.82, esta Secretária recebeu um abaixo assinado dos moradores da “VILA BOM JESUS MENINO DE PRAGA” no sentido de não deixar penetrar na referida vila, os elemento que atendem pela alcunha de “PELADO”, ETEVALDO E JORGE estes, funcionários da SURPLAN(...)2.1 Frente do abaixo assinado e dos moradores está o Padre MÁRIO PALONI, da Paroquia do Conjunto Habitacional “COHAMA” Foi realizado no dia 10.07.82 às 11:45, derrubada de casebres da Invasão que fica localizada numa área atrás do Parque TIMBIRA, houve bastante empenho por parte da Polícia para conseguir afastar os invasores da área. Na ocasião foram presos além de alguns invasores três Padres de Nacionalidade Belga. Os religiosos foram detidos e levados para a DOPS. Naquela Especializada foram identificados como: JOÃO MARIA VAN DAMME, GUIDO VAN DAMM, MARK KINET E CLARA VAN DAMME juntamente com um jovem que os acompanhava de nome Francisco das Chagas Pereira<sup>11</sup>

As citações sinalizam aspectos fundamentais que podem ser interpretados por meio da perspectiva relacional *eliasiana*. Já que se tratava de indivíduos que desempenhavam atividades religiosas e engajadas em um momento histórico bem específico da instituição católica, marcado pelo concílio Vaticano II e o Conselho Episcopal Latino Americana. A

<sup>11</sup> Os trechos foram retirados do Informe n 0120 SI SSP DOPS MA 1882, Data: 28 de maio de 1982

nacionalidade desses padres nos induz a pensar que as formas de inserção, dos mesmos, podem ser interpretadas relacionalmente, uma vez que a inserção dos “padres belgas<sup>12</sup>” apresentava-se de forma mais direta e incisiva que a do padre Italiano Pedro Mário Paloni, mais manifestada nos limites da paróquia. Dessa forma, vale lembrar que a ação católica no modelo belga-francês-canadense possuía características bem mais engajadas e menos hierarquizadas que a do modelo Italiano. Ou seja, a situação caracterizava indivíduos cujas ações podiam ser pensadas de acordo com suas inserções mais estruturais, dentro da história e do modelo institucional ao qual estavam ligados.

Em outro nível de análise, não se pode negar o significado dessas inserções individuais em termos de favorecimento à reivindicação. Para tanto, basta observar as experiências e capitais acumulados pelos mesmos ao longo de suas trajetórias. Como exemplo, pode-se citar o padre Jean Marie Van Damme, como enfatiza Pereira (2011), especificamente na paróquia do Anjo da Guarda:

A chegada do novo vigário Jean Marie Van Damme foi relativamente significativa para o desencadeamento do processo de mobilização local. Sobre ele, teve-se a informação de que nasceu em Antuérpia (Bélgica), em 1942, numa família cujo pai era operário e tradutor (inglês, francês, flamingo e alemão) e a mãe dona de casa. Os avós maternos vivam de um pequeno comércio de material de construção e o avô paterno era secretário numa loja de venda de carvão. É necessário entender que a atuação desse agente nas CEBs daquele bairro pode ser relacionada às experiências do mesmo em organizações coletivas. Até os 24 anos, Jean Marie Van Damme participou da Juventude Estudantil Católica, onde trabalhou como monitor de crianças e chegou a ser promovido como representante regional desse mesmo grupo. Em termos de escolaridade, vale destacar que ingressou na Universidade Católica de Lovaina, onde cursou o Bacharelado em filosofia, em teologia e mestrado em ciências éticas. Na mesma instituição de ensino defendeu sua tese, justamente sobre as CEBs.

---

<sup>12</sup> Apesar do relatório colocar todos os membros como padres, é importante esclarecer que Guido, Mark e Clara Van Damme eram irmãos de Jean Marie Van Damme.

Durante o período de estudo, vivenciou as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano de 1965 sobre a teologia, principalmente o surgimento de uma interpretação crítica com viés marxista e, até mesmo política, sobre a bíblia. (Pereira, 2011:75)

O acúmulo de capitais cultural e político adquiridos através da experiência de vida contribuiu, para a sua concepção militante, religiosa e pode ser interpretado como um forte recurso para as populações periféricas e um dado explicativo para as suas formas de ação. Enfim, esses capitais caracterizam um rico *background*, expresso nas atividades de educação popular e na influência desfrutada junto aos membros de postos mais altos na hierarquia da igreja. Trunfo esse que, segundo Jean Marie Van Damme, também era utilizado em favor das “comunidades”.

As ações de cada um desses agentes não podiam ser dissociadas do Concílio Vaticano II nem da Conferência Episcopal de Medellín que, dentro da estrutura eclesiástica, instigou a formação de padres mais preocupados com as questões sociais e políticas, que se contrapunham ao modelo italiano, centralizado e hierarquizado, mais voltado para as atividades doutrinárias.



**Jornal Imparcial 19/09/1982**

É importante enfatizar as ações do arcebispo Dom João José da Motta Albuquerque como ilustram as imagens acima. De acordo com a reportagem do jornal “O Imparcial” (19/09/1982), o arcebispo imprimiu cinco artigos em grandes quantidades, para serem distribuídos em todas as paróquias de São Luís, durante as missas dominicais. Os dois primeiros artigos eram intitulados “*Para uma consciência Política*” e “*Porque trata assim teu povo?*” No primeiro artigo distribuído, o arcebispo en-

quadrava discursivamente o papel profético da igreja sobre o contexto de precariedade e orientava os párocos com as seguintes instruções:

Aos caríssimos diocesanos

Oração, reflexão e ação são os pilares da missão da igreja em qualquer setor de atividade, mesmo na política. Quando entram em jogo os direitos naturais e inalienáveis da pessoa humana, a igreja tem direito e o sagrado dever de se fazer presente no processo histórico da construção da pátria, em razão de sua missão profética- missão de quem fala em nome de Deus que criou o homem a sua imagem e semelhança. Cabe a igreja, junto ao povo de Deus questionar aspectos de um sistema político, denunciar o pecado social e alertar contra o perigo de um sistema pecaminoso se constituir a razão de ser do Estado.

As palavras de Dom João José da Motta Albuquerque, que refletem bem o “espírito” do Concílio Vaticano II e expressam o papel e sentido da mobilização dos setores progressistas da igreja, que assumiam um papel crítico perante o Estado. Dessa forma, o apoio dado às comunidades periféricas reafirmava uma valorização religiosa e ganhava também um sentido político.

Tais declarações também podem ser interpretadas enquanto *frames*<sup>13</sup> (Snow e Benford, 2000), já que caracterizavam um processo de *alinhamento ideacional* cuja dimensão discursiva atribui sentido à inserção religiosa na “questão”. Quando justificou a “oração, reflexão e ação” no “setor político”, em função do processo histórico de construção da pátria e da defesa dos direitos inalienáveis dos indivíduos, mobilizou significados relacionados à “pessoa humana” associados à ideia de direito, e outro ligado à ideia de pátria, que seria mais ampla e política.

Buscou-se justificar a inserção da instituição católica no problema por vários significados, agrupados em torno de uma ação. Tal estratégia pode ser pensada enquanto um tipo de *alinhamento* favorável

<sup>13</sup> O conceito de *frames*, originalmente elaborado por Erving Goffman enquanto categoria sócio-psicológico-cognitiva, foi recriado por teóricos dos movimentos sociais. Nessa reelaboração o conceito assumiu um caráter político-cultural e passou a ser utilizado para analisar processos de elaboração, transformação e disputas entre *esquemas interpretativos* derivados de e aplicados a situações e atores envolvidos em disputas políticas. Para maiores detalhes sobre o conceito, ver Snow & Benford, 2000 e Tarrow, 2009.

ao engajamento, podendo atrair pessoas por valores associados fé, direito e política. Além de possuir um papel importante no recrutamento, tal *frame* é importante também na orientação da ação coletiva e na elaboração do processo discursivo que atribui sentidos à “luta”, ou seja, que inspira e legitima as campanhas do movimento social (Tarrow, 2009).

O texto distribuído pelo arcebispo também representa um trabalho educativo construído com o forte suporte da estrutura física da instituição católica, que entre outras coisas, era a única, naquele contexto de repressão política e clandestinidade, que dispunha de uma rede e de quadros espalhados por toda a nação e um sistema de comunicação com capacidade integradora (Della Cava, 1988).

Uma vez verificado que as CEBs, em São Luís, apoiavam-se numa estrutura hierárquica maior da instituição e que representam uma tendência geral difundida pelo Concílio Vaticano II, de aproximação com as lutas populares, veremos no próximo tópico, algumas modalidades de ação utilizadas nos trabalhos de conscientização e politização das populações mais fragilizadas.

## EDUCAÇÃO COMO ESTRUTURADORA DE REPERTÓRIOS DE LUTA

Se houve uma peça fundamental no processo transmissão de saberes fundamentais para a reivindicação, essa foi expressa através dos recursos educacionais, por meio de uma *educação popular* ou *não formal*<sup>14</sup>, *informal* na qual eram expressos determinados direitos, por meio do método Paulo Freire, por meio da distribuição de panfletos, orientações políticas e peças teatrais.

<sup>14</sup> A educação não-formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (Gohn, 2006:28)

Tais ações são características de movimentos sociais, uma vez que essas conversões apreendidas do confronto fazem parte da cultura pública da sociedade e expressam a idéia de *repertório*. Segundo Tarrow (2009), trata-se de uma maneira pela qual as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados, acionando um conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e desenvolvidas através de um processo de escolha<sup>15</sup>.

Analisando especificamente a situação de conflito existente entre os moradores do bairro do Anjo da Guarda e da Amazônia Mineração S.A (AMZA), percebeu-se que essa última se manifestava sobre as populações locais, através da oferta de indenizações e/ou intervenções de cunho mais agressivo, como proibições de acesso às áreas fornecedoras de recursos considerados importantes para o projeto.

Frente a essa situação verificou-se, com o então vigário Jean Marie Van Damme, que as atividades exercidas para resistência frente às investidas da companhia de mineração, ocorriam principalmente na forma de dramatizações teatrais entre os moradores, onde esses simulavam situações de interação entre representantes e técnicos da AMZA e lideranças comunitárias. Sobre essas atividades, afirmou:

A gente organizava a população para ter argumentos para negociar (...). E, então, uma das atividades era instruir, dar argumentos. É experimentar com essas pessoas, como se comportar diante dos representantes da AMZA, que eram advogados, que eram engenheiros, que eram gente formada. Então agente instruía a população a gente acompanhava a população de como tem que argumentar, como se comportar. Não aceitar pura e simplesmente os discursos das pessoas instruídas. Ensinava para nunca assinar nada nem botar o dedo se não soubesse o que tava escrito lá. A gente calculava com eles o valor exigível e racional pelas suas bem feitorias. A gente ajudava calcular, porque a gente fazia tipo aula de matemática, embora, não sendo aula de matemática, mas a gente instigava as pessoas a calcular. Ai a gente ensinava pra eles a calcular o valor de um pé de manga. Um pé de manga produz quantas mangas por anos. Se você for plantar agora,

<sup>15</sup> É importante salientar que esses repertórios se manifestam, geralmente, por meio de ações coletivas de confronto, único recurso de pessoas comuns contra oponentes mais poderosos. Dessa forma, emergem praticamente da base dos movimentos sociais. (Tarrow, 2009).

quantos anos demora para uma mangueira produzir de novo. Então calcule isso aqui, cada manga é 10 centavos. Cada ano, ela produz vamos dizer 2000 mil mangas então é 200 reais para aquela mangueira durante tantos anos, que vocês não vão ter. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010).

Segundo o Pe. Jean Marie Van Damme, como havia uma dificuldade de lançar publicações instrutivas, o material de apoio para essas atividades era geralmente mimeografado, e o “principal ator presente nesses confrontos era a Igreja”, que teria contribuído para a formação da Associação Itaquí-Bacanga e o Movimento Comunitário Católico. Em outra situação de conflito ocorrida no Bairro do São Bernardo, entre a imobiliária Americana LTDA e moradores do bairro, percebeu-se que o pároco utilizou conhecimentos jurídicos como recurso mobilizável nos momentos de confronto, como é possível observar no trecho abaixo:

Em todos os episódios que presenciei, a população ocupava mansa e pacificamente uma área, inclusive áreas como o São Bernardo. A população já tava vivendo lá com casa feita a mais de 4 5 anos e aí que de repente chega alguém e diz, essa área é minha, consegue com o governo municipal e estadual o apoio e manda a polícia fazer desocupar. Quem é que faz a violência? Não é a população não. Inclusive no código civil. Tem um texto assim que a gente usava naquele tempo. Não lembro mais o artigo, eu sabia de co, no antigo código civil. Que as pessoas tinham o direito de usar a mesma violência para se defender aquela com que era agredida. Era isso que a gente ensinava para a população sim. Que tem o direito de se defender. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010)

A “educação de base” e toda a estrutura da instituição católica expressada nas CEBs significaram incentivos ao engajamento dos moradores nas reivindicações e resistência. Esses últimos poderiam contar com apoio em termos de organização, conhecimentos jurídicos, teológicos e educacionais, na disputa contra os inimigos tidos como mais poderosos representados pelas grandes empresas e imobiliárias.

## 4.1 Cursos de formação e Palestras

Além das orientações fornecidas diretamente às populações pressionadas, observou-se também que, no interior da instituição católica, ocorriam cursos e palestras de formação direcionada às questões sociais. Nesse sentido, atuavam não só as CEBs, mas também as outras organizações como Comissão Pastoral da Terra (CPT), a própria Arquidiocese de São Luís, Comissão Justiça e Paz (CJP) e outras organizações ligadas à estrutura da instituição católica.

Através do informe nº 0318 ASI/FUMA, de agosto de 1977, recolhido na DOPS, observou-se a conferência “A igreja na promoção dos direitos humanos”, ministrada pelo bispo de Bauru/SP Dom Cândido Padin. Na referida palestra foi utilizado o evangelho de São Lucas para comparar os cristãos, daquela época, com as populações periféricas de São Luís, que não podiam manifestar críticas quanto aos problemas sociais, no contexto de governos militares. Contrariando as acusações de subversão proferidas pelos dirigentes militares, o bispo o Bispo Dom Cândido Padin explicou que a igreja se manifestava a favor da problemática social, que era algo diferente de subversão.

Já no informe nº 002/85-PM/2-PMMA, verificou-se um relato a respeito do curso de formação sindical ocorrido nos dias 02 e 03 de fevereiro de 1985 e ministrado por Luís Carlos, membro do núcleo de educação popular 13 de maio, que compunha parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sobre esse evento, é importante salientar que a vinculação do ministrante indica a importância do recurso educacional nos processos organizativos. É importante ressaltar também, que o mesmo ocorreu em um sítio de propriedade da arquidiocese de São Luís/MA, evidenciando assim o apoio da estrutura católica, nessas atividades de conscientização.

Além das palestras, cursos e atividades educativas direcionadas às populações fragilizadas e aos representantes de determinadas “classes”, representados por sindicatos e/ou associações, no âmbito organizacional interno dos setores progressistas da igreja católica, também havia capacitações e cursos, paralelos à formação teológica dos padres. Um exemplo disso pode ser observado na declaração do padre Jean Marie Van Damme, como demonstra a citação abaixo:

Um curso que a CPT organizava lá em Goiana na casa de Dom Baduino, na época da ditadura militar ainda, com o José de Souza Martins, grande sociólogo, conhece ele ne? Então, a gente estudava com José de Souza Martins, eram 10 dias, 1 semana, 2 vezes por ano. (Jean Marie Van Damme, entrevista realizada em 10/02/2010)

Mais uma vez, podemos destacar dois elementos estratégicos na compreensão dos movimentos sociais daquele período, a estrutura da igreja fornecendo suporte material e também os grandes investimentos em educação, observados na mobilização para esses eventos (palestras, cursos e conferências) que exigiam deslocamentos de pessoas pelo Brasil, espaço físico, divulgação entre militantes, etc.

## CONCLUSÃO

A partir da pesquisa percebeu-se que a *educação* constitui um fator importante no processo de organização de ações de reivindicação por determinados serviços públicos. Nesse sentido, tentou-se mostrar que, numa perspectiva teórica que leva em consideração elementos-chave do contexto político mais amplo, além da inserção de novos agentes e matrizes discursivas no processo de disputa política, gerando percepções específicas acerca do mundo social, a *educação* desenvolve papel fundamental em todos os níveis (entre populares, padres e representantes de determinadas categorias) e, dessa forma, caracteriza-se enquanto elemento importante na formação de uma cognição, aliada a estratégias de organização coletiva voltada para uma atuação sobre a situação social e política da época.

O contexto de precarização social da década de 1980 e o Concílio Vaticano II caracterizam fatores explicativos importantes para a compreensão do engajamento de militantes oriundos do ambiente eclesial. A aproximação dos líderes católicos com as populações fragilizadas e precarizadas contribuiu para a formação de um ambiente de compartilhamento de saberes no qual a educação informal (ou popular) passou a se configurar enquanto *repertório de luta* em si mesmo, compondo tipos de conhecimento vinculados à produção de um saber

militante, ou seja, capaz de orientar atitudes a serem tomadas frente aos empresários, a respeito de como se organizar e que recursos buscar nesses contextos de luta.

Esses processos educativos e socializadores foram erguidos a partir de uma linha discursiva católica progressista e freiriana (Sader, 1988 e Doimo, 1995), apoiada sobre a estrutura física da instituição católica e que contava com padres dotados de capitais educacionais e políticos importantes na estruturação da reivindicação. Sobre essa estrutura material desenvolveram processos educativos sob a forma de palestras, conferências e cursos, com base nas relações que estabeleceram com as populações precarizadas.

Relacionada a determinado contexto de sociabilidade e vinculada a aspectos políticos e sociais, a educação, formal ou informal, permeou vários níveis do processo de formação das ações reivindicatórias observadas à época. Ou seja, foi percebida em situações que iam desde a formação de padres, preocupados com as questões sociais, até as ações práticas de conscientização, ocorridas nos processos de disputa entre “moradores” e empresários. Nesse sentido, pode-se dizer que os processos educativos constituem um *elemento estruturador*, central na formação de ações coletivas de conflito e, no plano analítico, uma ferramenta conceitual indispensável à explicação acerca do surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. Campinas, UNICAM/IFCH. Dissertação de Mestrado, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula**. São Paulo: Atica, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e Poder Político**. Porto, Afrontamento, 1976.

DELLA, Cava, Ralph. “A Igreja e a abertura, 1974-1985”. In: Stepan A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- DOBRY, Michel. **"Sociología de las crisis políticas"**. Madrid. CIS, 1988.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- CASTEL, Robert. **A nova questão social. In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes, 1998
- DOIMO, Ana M. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- IBGE, **Síntese dos Indicadores Sociais 2003**, Rio de Janeiro, 2004.
- GISTELINCK, F. **Carajás: usinas e favelas**. São Luis: Minerva, 1988.
- GOHN, M. G. M. **Paulo Freire e a Formação de Sujeitos Sociopolíticos**. Caderno de Pesquisa Pensamento Educacional, v. 4: 4-20, 2009.
- GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1996: 59 -106.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MEIRELES, Mario M. **História do Maranhão**. Terceira edição atualizada. Ed. Siciliano, Rio de Janeiro. 2001.
- SOARES, Paulo Celio. **CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2001.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experi-**

ências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988

SNOW, David; BENFORD, Robert. **Framing processes and social movements: an overview and assessment.** Annual Rev. Sociology, Palo Alto, v. 26: 611-39, 2000.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luis entre as décadas de 1970 e 1980.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2010.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Recebido em 02 de março de 2011

Aprovado em 1º de maio de 2011